



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: ST3 Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais

---

**POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA CONTRADIÇÃO CAPITALISTA**

---

SILVA, Cristiane Freitas da  
Acadêmica da Faculdade de Serviço Social  
Universidade Federal do Pará – UFPA  
cris.ssocial08@gmail.com

---

SOUSA JUNIOR, Airton Silva de  
Acadêmico de Ciências da Computação  
Faculdade Pitágoras de São Luis – MA  
airjubx@hotmail.com



### Resumo

Este artigo analisa a pobreza no Brasil na atual conjuntura capitalista, a partir de dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD- 1993 a 2008, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE. Os dados mostram que enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. Embora a situação há uma década fosse certamente pior, ainda hoje, a renda apropriada pelo 1% mais rico é igual à dos 45% mais pobres. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro nos 10% mais pobres levaria um ano para gastar. Em função da elevada desigualdade que prevalece, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza está muito acima do que se poderia esperar de um país com a renda per capita do Brasil. Se 1/3 da renda nacional fosse perfeitamente distribuída, seria possível garantir a todas as famílias brasileiras a satisfação de suas necessidades básicas. Contudo, quase 50 milhões de pessoas vivem em famílias com renda abaixo desse nível. A insuficiência de renda dos mais pobres representa apenas 3% da renda nacional ou menos de 5% da renda dos 25% mais ricos. Para aliviar a extrema pobreza seria necessário contar apenas com 1% da renda dos 25% mais ricos do país. Esses números são alarmantes, e é preciso haver estratégias eficazes de combate a pobreza, nas suas diversas determinações, atuando sobre a família e o indivíduo no âmbito social e econômico.

### Abstract

This paper analyzes poverty in Brazil in the current capitalist, based on data collected from the National Survey by Household Sampling - PNAD-1993 to 2008, conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. The data show that while the poorest 40% live on 10% of national income, the richest 10% live with more than 40%. Although the situation a decade ago was certainly worse, even today, the income earned by the richest 1% is equal to the 45% poorest. What a Brazilian belonging to the richest 1% can spend three days equivalent to what a Brazilian belonging to the poorest 10% would take a year to spend. Due to the high inequality that prevails, poverty and, particularly, extreme poverty is much higher than one would expect from a country with per capita income such as Brazil. If one third of national income were perfectly distributed, it would be possible to ensure to all Brazilian families satisfy their basic needs. However, nearly 50 million people live in households with incomes below that level. The insufficiency of income of the poorest represents only 3% of national income or less than 5% of the income of 25 % richest. To alleviate extreme poverty would need to have only 1% of the income of richest 25% of the country. These numbers are alarming, and there needs to be effective strategies to combat poverty in its various determinations, acting on the family and individual in the social and economic sphere.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade; Sistema Capitalista.

Keywords: Poverty; Inequality; Capitalist System

**PAP0692**



## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de inquietações e reflexões advindas do Projeto de Pesquisa, ainda em vigor no ano de 2012, intitulado **“Os Impactos das Transformações Contemporâneas sobre o Serviço Social na Região Amazônica Brasileira: tendências da formação e do mercado de trabalho profissional”** vinculado ao Grupo de Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais na Amazônia – GAPSA, na Universidade Federal do Pará – UFPA. Este projeto de pesquisa é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e divide-se em dois Planos de Trabalho: “A Formação do Profissional de Serviço Social na Região Amazônica Brasileira frente às Transformações Contemporâneas: o caso do Estado do Pará” e “O Mercado de Trabalho Profissional de Serviço Social na Região Amazônica Brasileira frente às Transformações Contemporâneas: o caso do Estado do Pará”.

Desta forma, ao passo que uma das vertentes deste projeto é justamente conhecer o mercado e mundo do trabalho, vários conhecimentos foram sendo construídos e descortinados, pois se estudou a fundo o processo de metamorfose pela qual passou e passa o mercado de trabalho profissional, e assim conhecendo os impactos advindos do mesmo, como por exemplo, a precarização do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, a acumulação do capital, o desemprego em massa, contratos temporários e flexíveis, etc; neste sentido foi impossível não estudar e refletir sobre o sistema capitalista, seus entraves, crises e reconfigurações, e mais impossível ainda não questioná-los criticamente, sendo que este é um dos alvos de qualquer pesquisador: o pensar crítico.

Assim, após estudar, discutir e refletir acerca desse leque de conteúdos, nos surgiu um grande interesse em ampliar mais a discussão e nos aprofundar nos efeitos e contradições do sistema capitalista e neoliberal presentes no Brasil, ao passo que entendemos que um dos efeitos da precarização do trabalho nesta sociedade é o desemprego, o que por sua vez gera pobreza e exclusão social, que serão alvos desta presente análise, que nada mais é do que um estudo sobre a pobreza no Brasil na conjuntura atual, a partir de dados empíricos coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD- 1993 a 2008, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE.

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. A pobreza existe em todos os países, pobres ou ricos, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países não desenvolvidos. Assim acreditamos que seja necessário fomentar esta discussão, e buscar alternativas para a amenização e superação da pobreza, e cobrar a criação e efetivação de políticas redistributivas por parte das autoridades.

Desta forma, acreditamos que o conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. No Brasil, a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais. Segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8ª nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade), porém esta ainda é gritante.

Alguns dos pesquisadores que estudam a desigualdade social brasileira atribuem, em parte, a persistente desigualdade brasileira a fatores que remontam ao Brasil colônia, pré-1930 – a máquina midiática, em especial a televisiva, produz e reproduz a idéia da desigualdade, creditando o “pecado original” como fator primordial desse flagelo social e, assim, por extensão, o senso comum “compra” essa idéia já formatada –, ao afirmar que são três os “pilares coloniais” que apóiam a desigualdade: a influência ibérica, os padrões de títulos de posse de latifúndios e a escravidão.

É evidente que essas variáveis contribuíram intensamente para que a desigualdade brasileira permanecesse por séculos em patamares inaceitáveis. Todavia, a desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas, não como herança pré-moderna, mas sim como decorrência do efetivo processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX. Junto com o próprio desenvolvimento

econômico, cresceu também a miséria, as disparidades sociais – educação, renda, saúde, etc. – a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência. Essas são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil.

## **1. O AGRAVO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS COMO PRODUTO DE UM SISTEMA**

No século XVIII, o capitalismo teve um grande crescimento, com a ajuda da industrialização, dando origem assim as relações entre o capital e o trabalho, então o capitalista, que era o grande patrão, e o trabalhador assalariado passaram a ser os principais representantes desta organização.

A justificativa encontrada para esta nova fase foi o liberalismo que se baseava na defesa da propriedade privada, comércio liberal e igualdade perante a lei. A velha sociedade medieval estava sendo totalmente transformada, assim o nome de homem de negócios era exaltado como virtude, e eram-lhe dadas todas as credenciais uma vez que ele poderia fazer o bem a toda sociedade.

O homem de negócios era louvado, ou seja, era o sucesso total e citado para todos como modelo para os demais integrantes da sociedade, a riqueza era mostrada como triunfo pelos seus esforços, diferente do principal fundamento da desigualdade que era a pobreza, sendo esta o fator principal do fracasso pessoal.

Então, naquele período, os pobres deveriam apenas cuidar dos bens do patrão, máquinas, ferramentas, transportes e outros, e supostamente Deus era testemunha do esforço e da dedicação do trabalhador ao seu patrão. Diziam que a pobreza se dava pelo seu fracasso e pela ausência de graça, então o pobre era pobre porque Deus o quis assim.

Os pobres serviam única e exclusivamente para trabalhar para seus patrões e tinham que ganhar somente o básico para sua sobrevivência, eles não podiam melhorar suas condições, pois poderiam não se sujeitar mais ao trabalho para os ricos, a existência do pobre era defendida pelos ricos, pois os ricos são ricos às custas dos pobres, ou seja para poderem ficar ricos eles precisam dos pobres trabalhando para eles, assim conclui-se que os pobres não podiam deixar de serem pobres.

Assim, percebemos que as misérias e as desigualdades marcam a história de muitos países e de milhões de pessoas há séculos, e muitos estudiosos acreditam que a partir do capitalismo, a desigualdade tornou-se mais evidente. Várias teorias apareceram no século XIX criticando as explicações sobre desigualdade social, nesse sentido, um dos importantes nomes da história na discussão do problema é o filósofo Karl Marx (1818-1883), que interpreta a miséria como um instrumento utilizado pelas classes dominantes. Para ele, a desigualdade é resultado da divisão de classes – entre aqueles que detêm os meios de produção e os trabalhadores, que só têm a força de trabalho para garantir a sobrevivência. Como Marx (1988) mostrou, para que esse sistema funcione é necessária a existência de trabalhadores desprovidos dos meios de produção; a desigualdade, portanto, depende do modo como a sociedade organiza a produção e a distribuição dos bens que consome.

Marx (2006) considerou as desigualdades sociais como produto de um conjunto de relações pautadas na propriedade como um fato jurídico, e também político. O poder de dominação é que da origem a essas desigualdades. As desigualdades se originam dessa relação contraditória, refletem na apropriação e dominação, dando origem a um sistema social, neste sistema uma classe produz e a outra domina, dando-se origem as classes operárias e burguesas.

As classes sociais mostram as desigualdades da sociedade capitalista. Cada tipo de organização social estabelece as desigualdades, de privilégios e de desvantagens entre os indivíduos. Neste estudo, consideramos que o sistema capitalista tem forte influência no agravo da questão social, pobreza e desigualdade, ao passo que é um sistema econômico onde a produção e distribuição da riqueza são regidas pelo mercado, e não mais pelo Estado, visando lucro e acumulação de capital. Com o fortalecimento desse sistema, o dinheiro passa a ter grande força sobre o homem, se torna um valor dentro da sociedade, ou seja,

possuir dinheiro é centralizar poder, manipular a sociedade, buscar o seu próprio bem-estar, e isso gerou consequências, como as desigualdades sociais. Assim, a problemática da pobreza tem alcançado patamares elevados a nível mundial. No caso brasileiro essa questão sempre esteve presente, como também se verificam historicamente algumas formas ou ações de enfrentamento, porém, tais ações nem sempre ocorreram de forma sistemática.

Dentre um dos condicionantes da miséria, percebemos que está em curso um visível processo de deterioração do trabalho, que se promulga no desemprego, rebaixamento de salários, acréscimo do mercado informal, terceirização, serviço doméstico, o aviltante trabalho infantil, dentre outros. Este quadro problemático agrava-se quando somado às particularidades do Brasil como, por exemplo, ao fato de a nossa sociedade ser organizada sob um modelo altamente concentrador da renda e da propriedade, gerando um dos maiores índices de desigualdades mundiais.

No contexto do avanço da reestruturação produtiva, sob a ideologia neoliberal no mundo, consolida-se no Brasil, um modelo econômico que historicamente desagrega, desestrutura, reestrutura e articula organicamente em sua dinâmica destrutiva setores considerados tradicionais, em que se incluem, principalmente, a agricultura de subsistência e outras formas de trabalho consideradas não capitalistas (entre as quais situam-se as formas identificadas como trabalho análogo ao escravo), ou quase capitalistas, como pequenos empreendimentos que proliferam nas periferias urbanas (ARCANGELI, 1995); e pólos considerados modernos, também com uma diversidade de empresas capitalistas, comportando setores de baixa e de altíssima produtividade, inclusive com caráter de “enclave”, que constituem a base formal das relações de trabalho assalariado.

Nas últimas décadas, a temática da pobreza se revelou um assunto cada vez mais discutido. Está presente na pauta de vários estudos desenvolvidos por organismos internacionais, governos, bem como no meio acadêmico. O campo teórico sobre a pobreza é vasto. Inexiste uma única forma de se caracterizar esse fenômeno. Ela pode ser analisada sob várias perspectivas e a literatura nos traz diferentes campos teóricos que buscam explicar essa temática. As diversas abordagens decorrem das diferentes perspectivas desenvolvidas por grupos sociais, a partir de dadas realidades prevaletentes em determinados contextos históricos. Como afirma Silva (2002, p. 74):

*[...] não se pode falar de solidez e estabilidade do conceito de pobreza no tempo e no espaço, sendo ilusório pensar numa definição “científica”, objetiva e universal. O que se identifica, na literatura, são conceitos desenvolvidos por grupos sociais a partir de uma dada concepção sobre a realidade social, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico.*

De acordo com Codes (2005), a evolução do pensamento científico sobre a pobreza aponta para uma abordagem complexa e multidimensional do problema. A questão da pobreza não é mais tomada apenas como insuficiência de renda refletida na necessidade mínima de assegurar a reprodução meramente física do indivíduo em situação de carência. No decorrer do século XX, a questão foi tomando um caráter mais científico. As quatro principais concepções dessa época, segundo Codes (2005), são: subsistência; necessidades básicas; pobreza como privação relativa; e pobreza como privação de capacidades.

A abordagem escolhida neste trabalho é a da pobreza como privação de capacidades, que a encara como um fenômeno multidimensional e complexo. Essa nova forma de pensar insere a pobreza no campo da justiça social, abordagem que recebeu destacada contribuição do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998. Essa maneira de apreender a pobreza leva em conta a liberdade, “[...] vista sob a forma de capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza.” (SEN, 2000, p.74). As liberdades são focalizadas não simplesmente como os fins almejados pelo desenvolvimento, mas também como principais meios de alcançá-lo. Sen (2000) afirma que o fator gerador da fome e da miséria não é a falta de bens e sim a ausência de capacidades de obtê-los.

Com essa abordagem da pobreza, passou-se a desenvolver uma série de indicadores multidimensionais para melhor explicar o fenômeno da pobreza. Mesmo com deficiências, esses indicadores são considerados os mais completos, por incluir aspectos que podem ser econômicos, sociais e demográficos, como também, às vezes, políticos e culturais.

## 2. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: o retrato de uma realidade

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1993- 2008), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, até o final do século XX, o Brasil se caracterizou como um país com elevada desigualdade de renda, sem nenhuma tendência à queda. Essa crônica inabilidade em combater a desigualdade não impediu que a pobreza fosse reduzida de forma significativa, tal como ocorreu na década de setenta ou durante o Plano Real, para citar apenas dois episódios. Na ausência de reduções na desigualdade, a pobreza caiu devido exclusivamente ao crescimento econômico e, por este motivo, caiu sempre menos do que se poderia esperar de episódios que combinam crescimento com redução na desigualdade.

Desde o início do novo milênio, o cenário se alterou. Apesar de flutuações na taxa de crescimento do país, o grau de desigualdade de renda declinou de forma acelerada e sistemática. Desde 2003, a pobreza também vem sendo reduzida significativamente. Dessa vez, entretanto, a redução na desigualdade é responsável por ao menos metade da queda na pobreza, o que significa que sem a redução na desigualdade, metade da acentuada queda na pobreza não teria ocorrido.

O progresso brasileiro em distribuição de renda alcançado entre 2001 e 2008 é inegável. A renda per capita de todos os décimos cresceu e entre os mais pobres, o crescimento foi mais acelerado (veja gráfico 1). Como consequência, houve redução na desigualdade de renda e na pobreza.



**Gráfico 1 – Taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* dos décimos da distribuição nos últimos 6 anos: Brasil, 2001 a 2008.**

**Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2008.**

Em 2008, as mudanças foram ainda mais intensas e equalizantes (veja gráfico 2). De fato, no período 2001-08, enquanto a renda familiar *per capita* da população como um todo cresceu 2,8% ao ano, entre os 10% mais pobres cresceu quase três vezes mais rápido (8,1% ao ano) e entre os 10% mais ricos cresceu à metade (1,4% ao ano). A taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres foi mais de cinco vezes a dos 10% mais ricos.

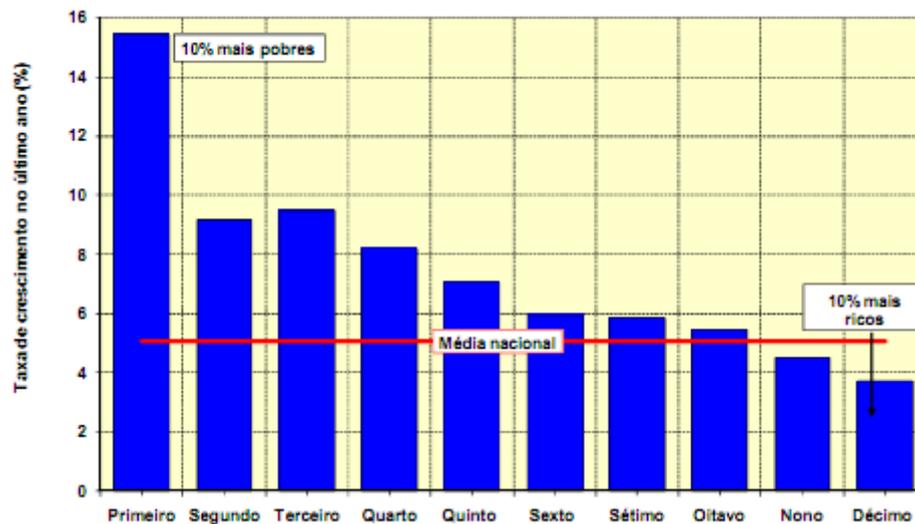


Gráfico 2 – Taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição no último ano: Brasil, 2007 a 2008.

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 e 2008.

Com vistas a ilustrar o crescimento diferenciado na renda per capita experimentado pelos diversos décimos da distribuição de renda brasileira, a PNAD comparou as respectivas taxas de crescimento com o progresso ocorrido entre 1990-2005 dos países do mundo em termos de PIB per capita. O gráfico 3 revela que, enquanto a renda per capita dos 10% mais pobres no Brasil cresceu a um **ritmo chinês**, a dos 10% mais ricos cresceu de forma lenta, comparável mais a um ritmo alemão. A diferença entre a taxa de crescimento dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos é tão elevada que cerca de 60% dos países do mundo cresceram a taxas entre esses dois níveis.

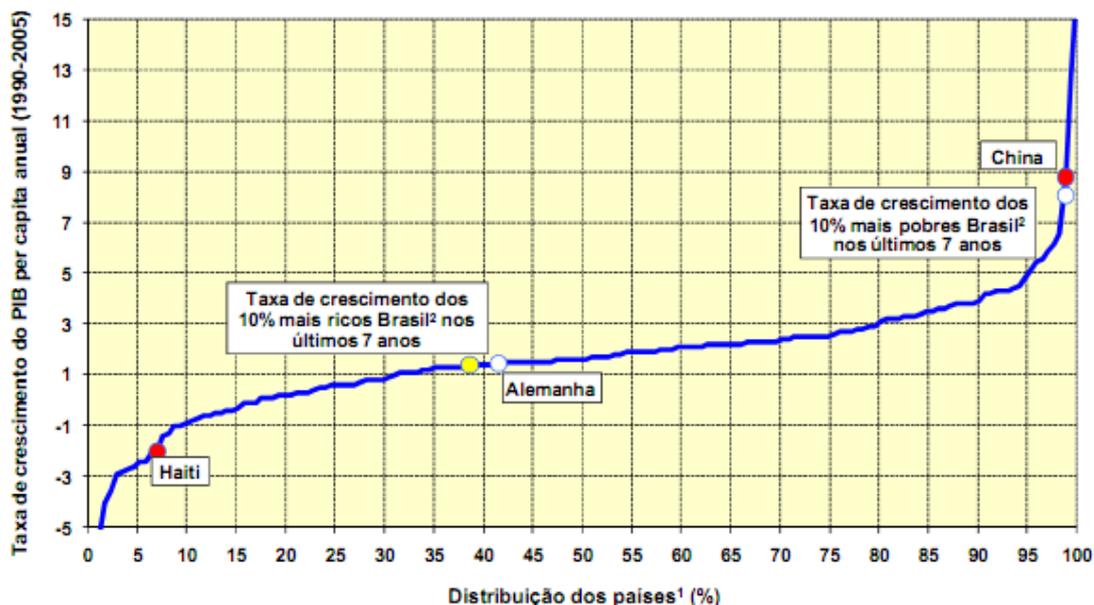


Gráfico 3 – Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2005.

Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007 – 2008) PNUD.

Nota 1: Estão sendo considerados 171 países para os quais existem a informação;

**Nota 2: Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2008.**

Vale notar que ao longo de 2008, graças ao crescimento e à queda na desigualdade, tanto a pobreza como a extrema pobreza declinaram ainda mais do que a tendência do último quinquênio (veja tabela 1).

Indicadores	2007	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do último ano fosse mantida	Velocidade do progresso (%)
<b>Pobreza</b>				
Porcentagem de pobres	28,1	25,3	0,07	Extremamente acelerado
Hiato de pobreza	11,9	10,4	0,03	Extremamente acelerado
Severidade da pobreza	7,1	6,0	0,02	Extremamente acelerado
<b>Extrema Pobreza</b>				
Porcentagem de extremamente pobres	10,3	8,8	0,02	Extremamente acelerado
Hiato de extrema pobreza	4,5	3,7	0,01	Extremamente acelerado
Severidade da extrema pobreza	3,0	2,4	0,01	Extremamente acelerado

**Tabela 1 - Evolução da pobreza e extrema pobreza: Brasil, 2007 e 2008.**

**Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 e 2008.**

**Nota 1: O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza;**

**Nota 2: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para pobreza de R\$ 187,50 e para extrema pobreza de R\$ 93,75.**

Quando a taxa de crescimento da renda dos mais pobres é mais alta que a dos mais ricos, há redução no grau de desigualdade. Desde 2001, o grau de desigualdade de renda brasileiro vem declinando sem precedentes. A média das diferenças de renda entre brasileiros expressa como fração da renda média total é uma medida de desigualdade conhecida como coeficiente de Gini. Esse indicador declinou de 0,59 para 0,54, o que equivale a dizer que a diferença de renda entre brasileiros se reduziu de R\$ 350 para R\$ 320 por mês, uma queda de 8% em 7 anos.

Apesar da estrondosa melhora, o nível de desigualdade brasileiro continua muito elevado. Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. Embora a situação há uma década atrás fosse certamente pior, ainda hoje, a renda apropriada pelo 1% mais rico é igual à dos 45% mais pobres. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico (isto é, que vive em uma família com renda *per capita* acima de R\$ 4.400 por mês) pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro nos 10% mais pobres levaria um ano para gastar.

Em função da elevada desigualdade que ainda prevalece, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza ainda está muito acima do que se poderia esperar de um país com a renda *per capita* do Brasil. As pesquisas da PNAD apontam que se 1/3 da renda nacional fosse perfeitamente distribuída, seria possível garantir a todas as famílias brasileiras a satisfação de todas as suas necessidades mais básicas. Contudo, quase 50 milhões de pessoas ainda vivem em famílias com renda abaixo desse nível (R\$ 190/mês). A insuficiência de renda dos

mais pobres, isto é, o volume de recursos necessários para que todas as famílias pobres superem a linha de pobreza, representa apenas 3% da renda nacional ou menos de 5% da renda dos 25% mais ricos. Para aliviar a extrema pobreza seria necessário contar apenas com 1% da renda dos 25% mais ricos do país.

Em termos da difusão do acesso, a pesquisa revela que em todas as dimensões analisadas, exceto com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho e à maternidade precoce, houve progresso expressivo na última década e meia. Em linha com os Objetivos do Milênio<sup>1</sup>, foi comparada a velocidade observada de melhora com o que precisaria ocorrer para se reduzir as carências à metade ou a 1/3 do valor inicial em 25 anos. As dimensões cujo progresso permitiria reduzir as carências a menos de 1/3 do valor inicial em 25 anos foram classificadas como “de progresso extremamente acelerado”. Já as que melhoraram a uma velocidade suficiente para reduzir as carências a valores entre 1/2 e 1/3 da situação inicial em 25 anos foram classificadas como “de progresso acelerado”. Por fim, aquelas com melhora positiva, porém incapaz de reduzir as carências a menos da metade em 25 anos, foram classificadas simplesmente como “com progresso”.

Dos 14 indicadores analisados, cinco deles (36%) tiveram progresso extremamente acelerado. Encontram-se nesse grupo: o acesso à escola, o acesso à informação e a redução no trabalho precoce. Além disso, três (27%) dos indicadores analisados tiveram progresso acelerado, mas não extremamente acelerado, aí incluídos: o acesso à água, o acesso a saneamento e a mortalidade precoce. Portanto, oito (63%) dos indicadores tiveram progresso acelerado. Em apenas duas dimensões (desemprego juvenil e gravidez precoce) ocorreram retrocessos. O progresso foi relativamente lento em termos de conclusão e progressão no ensino fundamental e muito lento (redução a uma velocidade inferior a 2/3 da situação original em 25 anos) na taxa de conclusão do ensino médio e nupcialidade precoce.

Tal como ocorreu com o crescimento na renda, a expansão das oportunidades também foi mais expressiva nos grupos mais vulneráveis, o que veio a reduzir significativamente o grau de desigualdade de oportunidades.

Além de fornecer informações detalhadas sobre a renda das famílias brasileiras, os dados da PNAD possibilitam o acompanhamento das suas condições de vida em outras dimensões. Nos últimos anos, principalmente a partir de 2003, a renda média aumentou concomitantemente à queda da desigualdade, configurando a situação de crescimento pró-pobre. Contudo, interessa também saber o que essas mudanças implicam para a evolução das condições de vida da população em respeito à dimensão qualidade dos domicílios, normativamente definida segundo quatro aspectos:

- 1) Acesso a saneamento básico: o domicílio deveria contar com água de rede geral de distribuição (ao menos no lote), rede coletora ou fossa séptica para escoamento de esgoto e coleta de lixo direta ou indireta;
- 2) Características físicas adequadas: o domicílio deveria ter as paredes e o telhado em materiais duráveis, água encanada em ao menos um cômodo (independentemente de ser de rede geral de distribuição), densidade de até três moradores por dormitório e banheiro de uso exclusivo;
- 3) Ocupação adequada: o domicílio deveria ser próprio já quitado, próprio financiado com prestação de valor inferior ou igual a um terço da renda domiciliar, ou alugado por valor inferior ou igual a um terço da renda domiciliar;
- 4) Acesso a bens de consumo duráveis: o domicílio deveria contar com ao menos um de três conjuntos de bens duráveis - o básico, que compreende fogão e geladeira de qualquer tipo, o intermediário, que agrega TV (qualquer tipo), rádio e telefone ao conjunto básico, e o completo, que inclui máquina de lavar e TV em cores.

A Tabela 2 apresenta a porcentagem da população residindo em domicílios que atendem às condições estipuladas para cada aspecto de qualidade e as diferenças entre os anos 1998-2003 e 2003-2008. Os resultados da PNAD 2008 demonstram a expansão da parcela da população residente em domicílios de boa qualidade, aqueles que contam simultaneamente com saneamento básico, características físicas e de ocupação adequadas, e com quaisquer dos três conjuntos de bens de consumo duráveis. A porcentagem da

população residente em domicílios de boa qualidade com ao menos o conjunto básico de bens de consumo duráveis passou de 44,6% para 56,5% no período 1998-2008.

Todavia, existe uma discrepância considerável entre os níveis de cada aspecto da qualidade. Enquanto, em 2008, em torno de 90% da população residia em domicílios adequados quanto às características físicas e quase o mesmo tanto ocupava os domicílios em modalidades aceitáveis, apenas dois terços contavam com saneamento básico adequado. No que toca aos conjuntos de bens de consumo, grande parte da população contava com o básico e uma parcela maior passou a ter acesso ao intermediário, que cresceu mais de 40 pontos de 1998 a 2008. Porém, apenas pouco mais de um terço possuía o conjunto completo. No geral, a despeito da tendência robusta de expansão do acesso ao longo dos últimos dez anos, em 2008 somente cerca de 30% da população residia em domicílios com boa qualidade e com o conjunto completo de bens de consumo.

Aspectos	População (%)			Diferença (%)	
	1998	2003	2008	2003-1998	2008-2003
Saneamento básico	56,4	61,4	66,0	5,0	4,7
Características físicas adequadas	78,4	84,2	88,7	5,8	4,5
Ocupação adequada	84,3	85,4	88,3	1,2	2,8
<b>Bens de consumo:</b>					
Conjunto Básico	80,7	86,4	92,3	5,7	5,9
Conjunto Intermediário	28,6	54,7	73,6	26,1	18,9
Conjunto Completo	18,6	28,5	37,6	9,9	9,1
<b>Boa qualidade</b>					
c/ Conjunto Básico	44,6	49,7	56,5	5,1	6,7
c/ Conjunto Intermediário	21,8	37,7	49,2	15,9	11,5
c/ Conjunto Completo	15,2	22,3	29,5	7,1	7,2

**Tabela 2 - Porcentagem da população residindo em domicílios que atendem às condições de qualidade. Brasil 1998, 2003 e 2008.**

**Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.**

Comparando as diferenças nas porcentagens nota-se uma semelhança entre o ritmo de crescimento dos dois períodos. A categoria que destoa – com uma diferença maior do que dois pontos percentuais – é a dos bens de consumo de nível intermediário, com crescimento mais acentuado no período 1998-2003. Todavia, é inadequado avaliar o desempenho de cada período a partir das diferenças, pois, geralmente, à medida que o nível de um indicador se eleva, o crescimento tende a diminuir. Quanto mais baixa a cobertura inicial de algo, mais fácil é expandir o acesso; depois um esforço relativamente maior é necessário para manter a expansão no mesmo ritmo.

Para PNAD o acesso da população a domicílios de boa qualidade foi analisado segundo dois aspectos: expansão e desconcentração. O primeiro diz respeito ao aumento da parcela da população que tem acesso. O segundo diz respeito ao quanto diminui a concentração do acesso nas camadas relativamente mais ricas da população. Os dados da PNAD 2008 revelam a expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade dos domicílios, sendo que o desempenho no período 2003-2008 foi muito parecido com o do período 1998-2003, mesmo quando foi valorizado o esforço adicional exigido para elevar indicadores que já estão em níveis altos.

A expansão do acesso foi acompanhada por desconcentração, isto é, o acesso se tornou mais bem distribuído, menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos. O aspecto ocupação adequada é a única exceção. Neste caso, a expansão foi acompanhada de concentração. A comparação do desempenho entre 1998-2003 e 2003-2008 também apresenta semelhança entre os dois períodos, embora com pequenas vantagens para o primeiro – mesmo ao se levar em conta o esforço extra necessário para desconcentrações adicionais.

Dos aspectos definidores da qualidade das moradias, o saneamento básico – água, escoadouro de esgoto e coleta de lixo – é o que tem relação menos direta com o nível de renda domiciliar, por ser majoritariamente dependente de serviços públicos. Apesar da baixa cobertura – dois terços da população –, é o segundo aspecto menos concentrado. Sua expansão foi cerca de 10 pontos entre 1998 e 2008. Caso o desempenho do período 2003-2008 seja mantido, pode-se especular que somente em 2055 o percentual da população com acesso a saneamento básico ultrapassaria a barreira dos 95%. É fundamental para a melhoria das condições de vida uma maior ênfase nas políticas de saneamento e o estabelecimento de metas mais ambiciosas para essas, pois este é o aspecto que mais compromete a elevação da parcela da população residindo em domicílios de boa qualidade.

Alguns itens, como a ocupação adequada, as características físicas adequadas e o conjunto básico de bens de consumo duráveis, já atingiam grandes parcelas da população e continuaram se expandindo nos últimos 10 anos.

No entanto, a ocupação adequada foi o único aspecto que se tornou mais concentrado nas camadas mais ricas da população. Isso quer dizer que a parcela da população residindo em domicílios próprios quitados, ou comprometendo menos de um terço da renda domiciliar com prestação da casa própria ou com o aluguel foi engordada por pessoas no topo da distribuição de renda. Tal fato salienta a necessidade da expansão do crédito para a compra de imóveis para os segmentos médios da distribuição de renda, de programas de habitação popular para os mais pobres, e de crédito para a compra de materiais de construção (o que pode ter também efeitos positivos sobre a adequação das características físicas das moradias).

O acesso ao conjunto intermediário de bens de consumo foi o que mais se expandiu e desconcentrou ao longo do período. Caso o ritmo de expansão se mantenha, pode-se considerar que, em cerca de uma década, ao menos 95% da população contará com fogão, geladeira, rádio, TV, e telefone. Programas sociais que garantam um nível mínimo de renda para os mais pobres, como o Bolsa Família<sup>ii</sup>, associados a reduções nas taxas de juros finais para os consumidores, podem colaborar propiciando estabilidade e segurança para que as famílias assumam financiamentos dos itens faltantes nos inventários domésticos.

Já o conjunto completo de bens de consumo duráveis ainda atinge um público restrito – menos de 40% da população – e apresenta níveis altos de concentração, a despeito dos avanços verificados na última década. A principal diferença desse conjunto para o intermediário é a máquina de lavar roupa, uma vez que é pequeno o número de domicílios só com TV em preto e branco. Pode parecer esdrúxulo sugerir políticas específicas de financiamento ou incentivo ao consumo de máquinas de lavar, hoje um item de luxo. Porém, não se deve esquecer que no Brasil ainda predomina uma marcada divisão sexual do trabalho. É sobre as mulheres de baixa renda que geralmente recai a responsabilidade de cuidar das roupas do grupo doméstico, mesmo quando trabalham fora. Portanto, a máquina pode contribuir para aliviar sua carga de trabalho semanal.

Em 2008, segundo a PNAD, considerando simultaneamente todos os aspectos de qualidade das moradias, pouco mais do que a metade da população vivia em domicílios de boa qualidade (saneamento, ocupação e características físicas adequadas) com o conjunto básico de bens; metade contava também com os itens adicionais do conjunto intermediário; e por volta de 30% tinha o conjunto completo.

A expansão do acesso no período 2003-2008 foi maior do que no período 1998-2003 no caso dos domicílios de boa qualidade com o conjunto básico; menor no caso dos de boa qualidade com o conjunto intermediário; e quase idêntica para os com conjunto completo. Porém, como revelado tanto pelos indicadores de desempenho na expansão, quanto pelas simulações contrafatuais do valor que teriam os indicadores de qualidade se o desempenho no segundo período fosse igual ao do primeiro, as diferenças no ritmo da

expansão em cada um dos períodos são desprezíveis. Em outras palavras, a expansão do acesso a moradias de qualidade no período 2003-2008 se deu praticamente no mesmo ritmo do período anterior.

O mesmo pode ser dito da desconcentração do acesso a domicílios de boa qualidade. Embora os indicadores de concentração tenham diminuído mais no período 1998-2003, as diferenças também são pequenas. Os valores contrafatuais esperados em 2008, caso o desempenho do período 1998-2003 fosse mantido, são similares aos valores efetivamente observados em 2008.

A semelhança de desempenho entre os dois períodos analisados pode parecer surpreendente, principalmente no que toca aos conjuntos de bens de consumo duráveis, pois os últimos cinco anos foram marcados pelo crescimento pró-pobre, que teria como uma de suas características principais o aumento do consumo dos mais pobres. Todavia, o fato de não haver evidências inequívocas de que o desempenho no último período tenha sido diferente do anterior não quer dizer que a expansão do consumo seja uma ilusão.

Com efeito, dois processos não captados pelos dados podem estar em curso. A análise foi feita com base no escopo restrito de bens investigados pela PNAD em 1998, 2003 e 2008. Parte do consumo pode ser de computadores, tocadores de DVD, torradeiras, aspiradores de pó e outros itens não captados. Quanto a isso, considera-se que os bens abordados são mais importantes, que todas as famílias gostariam de possuir, mas nem sempre podem por causa de suas restrições orçamentárias. Os resultados apresentados são relevantes justamente porque mostram que, apesar da expansão ocorrida, ainda há um enorme espaço para crescimento, mesmo para esses itens.

O segundo processo relaciona-se à possibilidade de que parte do aumento do consumo tenha se dado não pela compra de bens por famílias que não os tinham, mas sim pela substituição de bens existentes. Esse tipo de processo não expande o acesso e nem o desconcentra, mas não deixa de ser positivo. No caso dos bens de consumo, por exemplo, famílias podem ter substituído eletrodomésticos antigos por outros mais novos, mais seguros, mais eficientes no consumo de energia e com menores custos de manutenção. Mas esse processo não é captado pela PNAD e não tem importância para o aumento e a desconcentração do acesso a domicílios de qualidade. Para isso, o que conta é a inclusão no mundo do consumo de parcelas cada vez maiores da população.

Em suma, as diferenças de desempenho entre os dois períodos, 1998-2003 e 2003-2008, não são substantivas. Embora a tendência de expansão e desconcentração do acesso aparente ser sustentável, o acesso dos brasileiros a moradias de boa qualidade ainda está longe de níveis desejáveis e ainda é muito concentrado nas camadas mais ricas.

### **3. CONCLUSÃO**

A má distribuição da renda é uma das principais causas da pobreza em muitos lugares do mundo, neste sentido não basta, por exemplo, o país ter um alto crescimento econômico se não houver repartição das riquezas de forma justa, pois, se não houver essa repartição, o modelo concentrador de rendas, terras e dilapidador dos recursos naturais, provavelmente, aumentará o abismo entre ricos e pobres. É fundamental um crescimento que gere empregos e que propicie aumento de salários e renda. Precisamos de justiça social e de um crescimento qualitativo. Não adianta, por exemplo, gerar muitos empregos com péssimos salários. Assim, a população não pode ter acesso à moradia adequada, a um transporte de qualidade, a saneamento básico e a uma escola de qualidade.

A pobreza no Brasil advém, ao longo do seu processo histórico, principalmente, de um quadro de extrema desigualdade, que desenvolveu um sistema socioeconômico tipicamente excludente e concentrador e seu agravamento se deu na mesma proporção ou acompanhado do desenvolvimento do sistema capitalista, aliado aos processos de industrialização e de urbanização das cidades, este último impulsionado pelo êxodo rural, em que as pessoas migravam para as cidades na busca de melhores condições de vida e emprego.

Na atualidade, as intervenções do Estado brasileiro no enfrentamento à pobreza tem se dado a partir de programas de transferência de renda na tentativa de amenizar as consequências da mesma. Embora a questão

da pobreza no Brasil tenha ganhado centralidade no contexto governamental, as estratégias voltadas para seu enfrentamento tem se constituído em ações pontuais que não são capazes de resolver essa problemática.

Em conclusão, podemos dizer que a pesquisa da PNAD aponta que o Brasil em caráter distributivo apresentou melhoras, mas há a necessidade de aprofundar as políticas públicas para a melhoria da distribuição de renda e a sociedade brasileira deve perceber que sem um efetivo Estado democrático, não há como combater ou mesmo reduzir significativamente a desigualdade social no Brasil.

## REFERÊNCIAS

Arcangeli, Alberto. Força de trabalho e subdesenvolvimento: o caso do Maranhão. Revista de Políticas Públicas, São Luís, jan./dez., 1995.

Codes, Ana Luiza Machado de. Modelagem de Equações Estruturais: Uma contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >.

Marx, Karl. O capital: crítica da economia política. Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. (Os economistas) 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Marx, Karl. Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Silva, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família no Enfrentamento da Pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez, 2008.

---

<sup>i</sup> Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de **8 Jeitos de Mudar o Mundo** – que devem ser atingidos por todos os países até 2015.

<sup>ii</sup> O Bolsa Família é um programa brasileiro de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.